# ATA Nº 102

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezessete horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação, na Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família, de maneira híbrida com a presença dos seguintes conselheiros: Mariela Estevão Antunes, Maiara de Pieri Pazeto Sumariva, Gustavo Oenning de Oliveira, Fernando Bueno, Jhasmar Marchini Felippe, Cleuton Farias Gomes, Gabriela Mendonça Carvalho e José Ricardo Comelli. O presidente, Sr. Cleuton Farias Gomes, deu início à reunião realizando a leitura da pauta: Aprovação das Atas nº 100 e 101; Relato da audiência sobre os terrenos para o Casa Catarina; Sugestões de Alteração e Inclusão do Plano Diretor; Assuntos gerais. O presidente Cleuton procedeu para a aprovação das atas, que foram aprovadas por unanimidade pelos conselheiros mediante alterações de termos sugeridos pelos conselheiros. Houve uma discussão acerca de pontos levantados pelo conselheiro Fernando sobre a prestação de contas do fundo municipal, reforçando-se a necessidade de o Conselho oficiar formalmente as Secretarias responsáveis acerca das movimentações do Fundo. Assim foi enfatizada a deliberação de ofício para a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Planejamento e Urbanismo solicitando informações sobre os repasses ao Fundo da Habitação. A conselheira Mariela esclareceu que já existe um memorando tramitando no sistema da prefeitura sobre o tema e que a decisão de oficiar a Secretaria de Fazenda e a de Urbanismo foi ratificada para questionar o andamento dos repasses. Em relação ao Ministério Público, foi reforçado que, embora tenha havido uma sugestão inicial de oficiá-los para discutir o uso de áreas institucionais, o Conselho deliberou por não seguir com o ofício no momento, visto que o processo de audiência pública e a apresentação aos vereadores e ao prefeito estavam sendo bem conduzidos pela equipe técnica. Dando continuidade, a conselheira Maiara relatou os desdobramentos da audiência pública realizada com os vereadores e o prefeito sobre a desafetação de áreas institucionais para o programa Casa Catarina. A conselheira Maiara informou que a apresentação foi positiva e que, apesar de questionamentos sobre a satisfação dos loteadores vizinhos, o município manteve a posição de que, por serem áreas públicas destinadas a habitações de padrão médio e não popular, não haveria impedimento legal ou técnico. O projeto de lei referente a essas áreas ainda irá passar por votação na Câmara de Vereadores. Foi discutido ainda que a seleção das famílias para as quarenta e três casas iniciais seguirá critérios estaduais de renda e ausência de outros imóveis, mas que o Conselho terá autonomia para sugerir critérios municipais complementares, como a priorização de famílias atingidas por cheias

e inundações. Em seguida, o conselheiro Jhasmar relatou sua participação em reuniões com a ACIT e SINDUSCON, onde foi elaborado um documento entregue ao prefeito com sugestões para o novo Plano Diretor. Entre as propostas, destacam-se a criação de incentivos para empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida, como a isenção de IPTU por seis anos e a outorga onerosa do direito de construir, cujos recursos seriam destinados ao Fundo de Habitação. Complementando a pauta habitacional, Maiara apresentou um levantamento sobre os programas federais e as ações de Regularização Fundiária Urbana (REURB) em andamento no município, citando os núcleos da Guarda Margem Esquerda, São Raimundo e Jardim Américo, que somam centenas de famílias em processo de regularização ou melhoria habitacional. Por fim, o presidente Cleuton agradeceu o esforço coletivo da equipe e ressaltou que, após um ano de intenso trabalho burocrático, os resultados práticos estão começando a aparecer. Também foi definido o calendário de reuniões para o ano de 2026, mantendo-se as sessões na segunda quarta-feira de cada mês, às dezessete horas. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.